



*Ministério Público da Paraíba*  
*Procuradoria-Geral de Justiça*  
*Colégio de Procuradores de Justiça*

Extrato da Ata da 1.<sup>a</sup> (primeira) Sessão Ordinária do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça

Torno público que aos doze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dez, às quatorze horas e trinta minutos, no auditório “Edgardo Ferreira Soares” do prédio Procurador de Justiça João Bosco Carneiro, reuniu-se, ordinariamente, o Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça Doutor Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, tendo comparecido à sessão os Excelentíssimos Senhores Doutores: Paulo Barbosa de Almeida – Corregedor-Geral do Ministério Público - Janete Maria Ismael da Costa Macedo, Sônia Maria Guedes Alcoforado, Alcides Orlando de Moura Jansen, José Raimundo de Lima, Álvaro Cristino Pinto Gadelha Campos, Marcus Vilar Souto Maior, Otanilza Nunes de Lucena, Francisco Sagres Macedo Vieira, Nelson Antônio Cavalcante Lemos e Marilene de Lima Campos de Carvalho. Compareceram também à sessão os Promotores de Justiça convocados Manoel Cacimiro Neto, João Manoel de Carvalho C. Filho, Maria do Socorro Silva Lacerda e Dinalba Araruna Gonçalves, em substituição, respectivamente, aos Procuradores de Justiça Josélia Alves de Freitas, Antônio de Pádua Torres, José Roseno Neto e Kátia Rejane de Medeiros Lira Lucena que estão em gozo de férias individuais. Encontravam-se nas sessões das câmaras do Tribunal de Justiça os Doutores: José Marcos Navarro Serrano e Vasti Cléa Marinho da Costa. Ausências Justificadas das Doutoradas: Maria Lurdélia Diniz de Albuquerque Melo e Lúcia de Fátima Maia de Farias. Havendo número regimental e pedindo a proteção de Deus, o Presidente declarou aberta a sessão e, em seguida, instou à Secretária que procedesse a leitura da ata da sessão anterior, a saber, da 17.<sup>a</sup> Sessão Ordinária, que após ser lida, foi aprovada, por unanimidade. Nas comunicações da Presidência, inicialmente, o Procurador-Geral de Justiça informou que o Conselho Superior do Ministério Público aprovou a nova comissão responsável pela realização do Concurso de Promotor de Justiça Substituto, que será presidida pelo Procurador de Justiça José Marcos Navarro Serrano e integrada pelos membros Promotores de Justiça os Doutores Carlos Romero Lauria Paulo Neto (titular), Alley Borges Escorel (titular), Luis Nicomedes de Figueiredo Neto (titular), Maria do Socorro Silva Lacerda (suplente), Anne Emanuelle Malheiros Costa Y Plá Trevas (suplente) e Cristiana Ferreira Moreira Cabral de Vasconcelos (suplente). Registrou que, segundo o Presidente da nova comissão, não haverá distinção entre o trabalho dos titulares e dos suplentes, em virtude do curto tempo para a realização dos trabalhos. O Dr. Paulo Barbosa de Almeida fez as comunicações de praxe dos órgãos. Terminadas, pelo Presidente foi facultada a palavra aos membros que se manifestaram na forma regimental. Na fase de requerimentos, foram feitas as seguintes proposituras: **1)** O Doutor Paulo Barbosa de Almeida, Corregedor-Geral do Ministério Público, propôs voto de aplausos para os Promotores de Justiça Túlio César Fernandes Neves, Danielle Lucena da Costa, Ismael Vidal Lacerda, Ilcéia Cruz de Souza Neves, Alexandre José Irineu, João Benjamim Delgado Neto, Elmar Thiago Pereira de Alencar, Caroline Freire Monteiro



**Ministério Público da Paraíba**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**  
**Colégio de Procuradores de Justiça**

da Franca, Leonardo Fernandes Furtado, Carmem Eleonora da Silva Perazzo, Ana Carolina Coutinho Ramalho Cavalcanti, Livia Vilanova Cabral, Manoel Pereira de Alencar, Fábria Cristina Dantas Pereira, Geovanna Patricia de Queiroz Rego, Diogo D'Arrola Pedrosa Galvão, Pedro Alves da Nóbrega, Eduardo Barros Mayer, Claudia de Souza Cavalcanti Bezerra Viegas, Eduardo de Freitas Torres, Jamille Lemos Henriques Cavalcanti, Joseane Santos Amaral, Alcides Leite de Amorim, Miriam Parreira Vasconcelos, Fernando Cordeiro Satiro Júnior, Rafael Lima Linhares, Edivane Saraiva de Souza, Carolina Soares Honorato de Macedo, Lean Matheus de Xerez e Ítalo Márcio de Oliveira Sousa, pelos esforços e empenho depositados na Instituição, através do grande número de trabalhos realizados pela cumulação de mais uma Promotoria de Justiça. Acrescentou que tal situação foi constatada durante o período das realizações dos trabalhos de correições e inspeções realizados pela Corregedoria-Geral do Ministério Público naquela região; **2)** O Procurador-Geral de Justiça Doutor Oswaldo Trigueiro do Valle Filho propôs voto de aplauso aos Promotores de Justiça Doutores: Demétrius Castor, Dmitri Nóbrega Amorim, Clístenes Bezerra Holanda, Marcus Antonius da Silva Leite e Oswaldo Lopes Barbosa, Bertrand de Araújo Asfora e ao Desembargador, Dr. Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho, pelo brilhante sucesso do mutirão, realizado nos meses de outubro e novembro no 1.º Tribunal do Júri de Campina Grande, que visou o julgamento dos processos incluídos na denominada "Meta2". Pelo Presidente, foram colocadas as proposituras em votação, tendo sido todas elas aprovadas por unanimidade. Na fase de expediente, o Presidente levou ao conhecimento do Egrégio Colegiado o recebimento dos ofícios: **Item 6.1 –Recebimento do ofício 1.459/2009, de 17 de dezembro de 2009**, subscrito pela Promotora de Justiça Anita Bethânia S. da Rocha, Coordenadora da CAIMP – João Pessoa – Assunto: Relatório de Movimentação dos Inquéritos Policiais de todas as Promotorias de Justiça Criminais vinculadas a CAIMP/João Pessoa, referente ao período de 01.11.09 a 30.11.09. **Item 6.2 - Recebimentos de Relatórios encaminhados pelo Núcleo Psicossocial e Contábil do 2º CAOP/Campina Grande**, subscritos pelos funcionários: Márcia Sandra Caiana de Freitas (Assistente Social), Rosângela Ferreira Leite Santos(Psicóloga), Antônia Lacerda dos Santos (Assistente Social) e Julle Ermeson Rezende Costa(Psicólogo) - Assunto: 1- Relatório das atividades Funcionais do Núcleo Psicossocial referente ao mês de setembro e outubro/09; 2 - Relatório de avaliação do I Encontro de Capacitação aos Conselheiros Tutelares das Cidades de Aroeiras e Gado Bravo; 3 - Relatório de avaliação do I Encontro de Capacitação aos Conselheiros Tutelares das Promotorias de São João do cariri, Gurjão, Carnaúbas e Pararí (Promotoria de Serra Branca); 4 - Relatório de avaliação do I Encontro de Capacitação aos Conselheiros Tutelares das Promotorias de Taperoa, Assunção, Livramento e Monteiro; 5 - Organograma das atividades do NUPS durante o período de outubro/2005 à dezembro/2008 e 6 - Relatórios das Inspeções as entidades não-governamentais. **Item 6.3 - Recebimento do ofício 044/2009, de 18 de dezembro de 2009**, subscrito pelo Juiz de Direito Marcial Henrique Ferraz Cruz, 1º Tribunal do Júri de Campina Grande – Assunto: Informação



*Ministério Público da Paraíba  
Procuradoria-Geral de Justiça  
Colégio de Procuradores de Justiça*

sobre o sucesso do mutirão realizado nos meses de outubro e novembro no 1º Tribunal do Júri visando o julgamento dos processos incluídos na denominada “Meta2”. Registra que dos 67 processos listados, foram julgados 62, ou seja, mais de 90% e ao mesmo tempo registra que o sucesso só foi possível devido as participações dos Promotores de Justiça: Demétrius Castor(titular), Dmitri Nóbrega Amorim(auxiliar), Clístenes Bezerra Holanda(auxiliar), Marcus Antonius da Silva Leite(auxiliar) e Osvaldo Lopes Barbosa(auxiliar), com suas atuações nas sessões de julgamento, bem como do Exmo. Dr. Bertrand de Araújo Asfora, Secretário-Geral, e do seu antecessor, hoje Desembargador, Dr. Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho. O Procurador de Justiça Doutor Francisco Sagres Macedo Vieira, referindo-se ao exposto no **Item 6.1**, que trata das interceptações telefônicas realizadas pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado, indagou se o órgão Ministerial está atuando na fiscalização das interceptações telefônicas, analisando-as e comparando-as com as determinações judiciais, considerando-se que o Corregedor-Geral do Ministério Público havia recomendado que fosse encaminhada à Corregedoria do MPE um relatório contendo todas a interceptações telefônicas realizadas. O Presidente do ECPJ comunicou que está com audiência agendada com o Corregedor do Poder Judiciário, no sentido de que seja editada uma recomendação, disciplinando o encaminhamento da comunicação das interceptações telefônicas ao Ministério Público. O Procurador-Geral de Justiça Doutor Osvaldo Trigueiro do Valle Filho, referindo-se ao exposto no **Item 6.3**, propôs voto de aplauso aos Promotores que realizaram o trabalho. Dando continuidade, o Presidente instou à Secretaria que procedesse à leitura da(s) matéria(s) constante(s) na ordem do dia. **Item 7.1)** Procedimento n.3547-08 – Assunto: Providências – Notitia Criminis apresentada pelos Promotores Eleitorais – Interessado: Promotores de Justiça Edmilson de Campos Leite Filho e outros – Relator Procurador de Justiça, Presidente da Comissão Legislativa, Nelson Antônio Cavalcante Lemos. O Presidente do Egrégio Colegiado passou a palavra para o Doutor Nelson Antônio Cavalcante Lemos, que procedeu a leitura do parecer. Encerrada a leitura, o Procurador de Justiça Doutor Alcides Orlando de Moura Jansen levantou a preliminar de que a matéria deveria ser julgada, inicialmente, na primeira instância desta Instituição, pelo Procurador-Geral de Justiça, em uma decisão monocrática. O Presidente do ECPJ colocou a preliminar em votação, tendo sido aprovada, por unanimidade. Pelo Presidente, foi proclamado o resultado da aprovação da preliminar, por unanimidade. E, nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão.

**Elizabeth Leônia Soares de Oliveira  
Assessora do ECPJ**